

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO CONTEXTO ESCOLAR: CONCEITOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E FUNÇÃO DA ESCOLA

Rone Rosa Martins

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Raimundo Márcio Mota de Castro

Universidade Estadual de Goiás (UEG), prof.marcas.posgrad@gmail.com

RESUMO: A temática da diversidade tem ocupado o centro de muitos debates que enfatizam a sociedade e suas instituições. Dentre as diversidades, a diversidade sexual e de gênero demonstra-se como a mais complicada das temáticas, pois carrega em si os silenciamentos e tabus produzidos pela negação ou secundarização do corpo. O presente artigo tem por finalidade compreender o fenômeno da diversidade sexual e de gênero presente no cotidiano, especificamente no contexto escolar. Utilizando o recurso da pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica, o estudo esboça alguns conceitos basilares para o entendimento da diversidade, tais como cultura, identidade e diferença; analisa algumas políticas públicas no campo da educação em que o tema da diversidade sexual e de gênero tenha sido a mola propulsora; e por fim reflete sobre a função da escola enquanto instituição formadora de (novos) sujeitos. Com apoio em teóricos como Louro (2008; 1997); Silva (2009); Woodward (2009), entre outros, conclui-se que os conceitos basilares da temática necessitam ser aprofundados, mas que a cultura é conceito determinante para o entendimento da diversidade em todos os seus campos; que as políticas públicas educacionais necessitam ser ampliadas uma vez que podem possibilitar ao docentes e gestores maior familiaridade e compreensão da temática; e que a escola, enquanto instituição social formadora, deve perceber-se como local privilegiado do debate e propositora de nossas práticas sociais capazes de vencer o preconceito e a violência difundida sobre os “diferentes”.

Palavras-chave: Diversidade. Diversidade Sexual e de Gênero. Escola.

SEXUAL AND GENDER DIVERSITY IN SCHOOL: CONCEPTS, PUBLIC POLICIES, AND THE SCHOOL'S ROLE

ABSTRACT: Diversity is a theme that has been center stage in many debates that emphasize societies and its institutions. Among the differences, sexual and gender diversity is amongst the most complicated themes, as it carries in itself the silencing of taboos produced by denying or undervaluing the body. This article aims to try to understand the phenomenon of sexual and gender diversity present in everyday life, specifically in the school context. Through research based on the qualitative, exploratory and bibliographical approach, the study outlines some basic concepts for the understanding of diversity, such as culture, identity, and difference. It also analyses some public policies in the field of education in which the theme of sexual and gender diversity has been a propelling force. Lastly, it reflects on the school's role as an institution that promotes the education of individuals. Based on the theories of Louro (2008; 1997); Silva (2009); Woodward (2009) among others. It is concluded that the basic concepts on this theme need to be broadened, as such awareness on the subject can enable teachers and school directors to have more familiarity and understanding on the theme. Furthermore, the school, as a social institution that forms individuals, should see in itself a privileged place of debate, proponent of our social practices, and capable of overcoming prejudice and violence imposed on the "different".

Keywords: Diversity. Sexual and gender diversity. School.

Introdução

De modo muito acentuado, nas últimas duas décadas, vimos emergir no país inúmeras discussões sobre temas relacionados à diversidade, entre os quais se destaca a diversidade sexual. Tal emergência e foco na temática não são por acaso, uma vez que, apesar dos constantes avanços tecnológicos e das inúmeras fontes de informação disponíveis, abordagens referentes à sexualidade ainda apresentam-se como tabu e por isso, quase sempre, são silenciadas por todas as esferas sociais, desde a família até a escola.

Partindo da problemática que indaga: quais as perspectivas e possibilidades apresentadas pela escola para compreender o fenômeno da diversidade sexual e de gênero presente no cotidiano e nas relações escolares? – este artigo tem por finalidade refletir a diversidade sexual e de gênero no contexto da educação escolar, buscando perceber como a temática é compreendida no espaço e cotidiano escolar (pelos sujeitos formadores e em formação), bem como compreender quais seriam as possíveis interações que a escola, enquanto instituição social formadora, oferece ou apresenta como alternativa de compreensão do fenômeno da diversidade, especificamente a diversidade sexual e de gênero.

O estudo foi formulado e desenvolvido com base metodológica na pesquisa qualitativa, por compreendermos que esta abordagem centra sua preocupação mais no processo do que no produto, ou seja, “[...] o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar ‘como’ ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas” (AUGUSTO et al, 2014, p. 748). Quanto aos objetivos, optamos pela pesquisa exploratória que, segundo Gil (2008), propicia maior familiaridade com o tema, por parte do pesquisador. Por fim, recorreremos à pesquisa bibliográfica, embasada em Lakatos; Marconi (2003, p. 183), que afirmam que a finalidade “é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito, dito ou filmado sobre

determinado assunto”, sendo desenvolvida com base em material já elaborado, tais como livros, artigos de periódicos, entre outros.

Considerando o aspecto didático, apresentamos a temática em três movimentos que se complementam e que não podem ser compreendidos de forma dissociada. Primeiro, elencamos conceitos fundamentais como cultura, identidade e diferença por entendermos que se constituem basilares à reflexão da temática da diversidade sexual e de gênero; seguidamente, refletimos sobre algumas perspectivas educacionais brasileiras em nível macro (políticas educacionais) que envolvem a temática; e, por fim, refletimos sobre a escola enquanto espaço de debate e compreensão sobre a diversidade sexual e de gênero.

Cultura, identidade e diferença: reflexões e conceitos

O tema da diversidade tem encontrado eco no meio acadêmico e nas demais instâncias sociais (Organizações não governamentais – ONG, Estado – Congresso Nacional, Secretaria de Direitos Humanos entre outras). Um conceito basilar para tal debate apoia-se no entendimento de cultura, pois a diversidade apresenta-se como manifestação dos processos culturais modernos. Inclusive a busca pelo reconhecimento das diversidades (religiosa, sexual, de gênero, étnica etc.), muitas vezes, apoia-se em teorias que se opõem a uma cultura hegemônica como norma válida para todos os membros de uma mesma sociedade.

De acordo com Burke (2008, p. 85), a cultura na Idade Moderna tem a ver com “um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas em que eles são expressos ou encarnados e inclui também a história das ações ou noções subjacentes à vida cotidiana”.

Ampliando o conceito de cultura, Woodward (2009, p. 41) afirma:

Cada cultura tem suas próprias e distintas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas

classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por “cultura”.

Corroborando essa ideia, Douglas (1996, p. 38-39 apud WOODWARD, 2009, p. 42) pontua que “a cultura, no sentido dos valores públicos, padronizados, de uma comunidade, serve de intermediação para a experiência dos indivíduos”. Mas os processos que articulam cultura não dizem respeito apenas aos costumes, mitos, religião, alimentos, artes, música, dentre outros fatores que fazem parte desse conjunto de conhecimentos e vivências de um grupo, mas a toda uma estrutura das quais os seres humanos dão forma e sentido às suas experiências e existência. E é a peculiaridade desse sistema que também diferencia e ajuda na percepção das diferentes identidades culturais que integram uma mesma trama sociocultural.

Os seres humanos, enquanto seres históricos, vão tecendo suas teias de significados, atribuindo sentidos e significados que representam no campo real, marcas e/ou traços que exprimem o que são e o que não são, o que gostam e o que não gostam, sempre partilhando valores e tecendo uma identidade que caracteriza o grupo social. Segundo Geertz (2008, p.4), “[...] o homem é um animal amarrado a teias de significações que ele mesmo teceu”. Tal afirmativa, possibilita assumir a cultura “[...] como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significados” (GEERTZ, 2008, p.4).

Nesse sentido, se, por um lado, as teias de significações são resultantes dos significados relacionados à vivência humana, instituída de tempos e espaços, ou seja, de um ser social que faz, se refaz, transforma e é transformado, dando sentido, construindo significados, afirmando e reafirmando as identidades formadas em suas

relações nessas tramas socioculturais que o tornam um ser sócio-histórico e produtor de cultura, na qual não se excluem abordagens e entendimentos sobre a sexualidade; por outro, os diferentes encontros culturais vão forjando sempre novos processos simbólicos naquele grupo, trazendo novos sentidos e significados que passam a ser tecidos a partir da diferença. Para Woodward (2009, p. 41), “as formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades”, pois as diferenças constituem as identidades, e estas passam a ser constituídas, ainda que relativamente, por meio de outras identidades. “Isso sugere que a ordem social é mantida por meio de oposições binárias, tais como divisão entre ‘locais’ (*insiders*) e ‘forasteiros’ (*outsiders*)” (WOODWARD, 2009, p. 46).

A identidade é, portanto, nesse contexto e através da representação, um referencial a partir dos significados e símbolos atribuídos a um determinado grupo social, de acordo com vários fatores históricos, culturais, políticos e sociais, e, nesse contexto, sempre implicada com relações de poder.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possíveis àquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (WOODWARD, 2009, p. 17).

Ainda segundo a autora, “a representação, compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas” (WOODWARD, 2009, p. 17), e os sistemas simbólicos que lhe dão suporte. Ao questionar e analisar essas relações de poder, posicionamo-nos diante do mundo, evidenciando não só o nosso modo de ser, viver e de estar em sociedade, mas também como gostaríamos de ser, viver e de estar em

sociedade. O sujeito, ao colocar sua diferença frente aos “outros”, pratica uma disputa de poder: o poder de evidenciar sua identidade.

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais ampla de poder (SILVA, 2011, p 81).

Percebemos, neste sentido, que acontece um movimento nos diferentes processos identitários, pois a formação da identidade vai se moldando na esfera local e ao mesmo tempo pessoal, e aos poucos cada indivíduo, envolvido em contextos sociais diferentes, vai formando sua identidade a partir dos significados adquiridos nos campos sociais, ou seja, “somos posicionados e também posicionamos a nós mesmos de acordo com os campos sociais nos quais atuamos” (WOODWARD, 2009, p. 30).

No entanto, Woodward (2009, p. 50) alerta para dois aspectos referentes à diferença:

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora: é o caso dos movimentos sociais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos da norma e celebrar a diferença (afirmando, por exemplo, que “sou feliz em ser gay”).

Como se pode notar, a diferença, ao possibilitar a construção da identidade, enquanto mescla de outras identidades, pode tanto demarcar a exclusão/marginalização de um grupo social, quanto valorizar a diversidade. Disto se depreende que “os sistemas classificatórios são, assim, construídos, sempre, em torno da diferença e das formas pelas quais as diferenças são marcadas” (WOODWARD,

2007, p. 54). Mas devemos sempre notar que essas classificações implicam sempre relações de poder capazes de se tornar modelos em determinada cultura. Assim, o binarismo entre o masculino/feminino faz culturalmente prevalecer o primeiro em detrimento do segundo; o mesmo ocorre em relação ao entendimento de heterossexualidade/homossexualidade, e assim por diante. Como alerta Silva (2009, p. 88), “questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam”.

Tendo presente tais reflexões, passamos a refletir sobre a diversidade sexual e de gênero enquanto temática envolta no entendimento da cultura, da identidade e da diferença, pois percebemos que as diferenças se constituem como reivindicação de grupos sociais marginalizados, excluídos e oprimidos que emergem como grupos que exigem o reconhecimento de suas singularidades e celebração das diferenças.

Diversidade sexual e de gênero: perspectivas educacionais

O Art. 6º, da Constituição Federal de 1988, consagrou a educação como direito fundamental, sendo antecedido pelo Art. 5º, que considera a igualdade de todos perante a lei, sendo garantido, tanto a brasileiros quanto a estrangeiros, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988). Os avanços democráticos na constituição do cidadão enquanto sujeito também foram incorporados pela Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que institui no Art. 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, **tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996 – grifo nosso).

Ao acentuar que o desenvolvimento do educando e seu preparo para exercício da cidadania antecedem a qualificação para o trabalho, o legislador tinha por entendimento que para atuar neste se faz necessário compreender e lutar por igualdade de condições, sendo a escola instituição privilegiada para formar habilidades intelectuais condizentes com as diversas temáticas que envolvem o exercício da cidadania.

Não cabe à escola ser local de aprendizagem de conteúdos que conduzam a mera repetição de atividades, mas antes de tudo ser local de formação do pensamento crítico a fim de que o indivíduo seja capaz de se tornar sujeito de sua história, analisando criticamente as necessidades do tempo presente e buscando responder aos questionamentos surgidos das relações sociais contemporâneas, marcadas pela constante mudança. Dentre os assuntos que tomam conta da agenda educativa, podemos evidenciar a necessidade de compreender o fenômeno da diversidade em todos os seus aspectos, dos quais também eclode a questão da diversidade sexual e de gênero.

Podemos inferir que, até a primeira metade da década de 1990, a escola permanecia silenciada sobre os temas referentes à sexualidade, vista como atribuição exclusiva da família, ideia que perdurou por muito tempo e ainda encontra reverberação em grupos conservadores que compreendem a escola como lugar de conhecimentos diversos, mas que deve evitar “ideologizar” demandas contemporâneas. Um exemplo atual dessa realidade é a tramitação do projeto de lei denominado “escola sem partido”, que defende a ideia de que muitos professores utilizam a sala de aula para doutrinar seus alunos de acordo com seus posicionamentos ideológicos.

Dentre os documentos oficiais que tratam da abordagem do tema da sexualidade na escola, tivemos, em 1998, a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que entre seus volumes contemplava a temática da Orientação Sexual, ainda que como tema transversal.

Segundo esse documento, as questões referentes à sexualidade, trazidas pelos alunos, deveriam ser abordadas de duas formas: “[...] dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema” (BRASIL, 1998, p.88).

Ao analisar a temática da diversidade sexual na escola e apresentar um panorama histórico dos documentos norteadores de políticas educacionais que contemplem o tema, Rossi *et al.* (2012, p. 9) afirmam:

Os PCNs foram criados para atender à demanda que chegava ao país, propondo a revisão de práticas educacionais descontextualizadas, aprendizagens pouco significativas, mas não apontaram para discussões profundas e críticas, como a questão de relações de gênero. Quando o fazem, é dentro de uma abordagem biológica.

As autoras chamam ainda atenção para o fato de que, apesar de os PCNs proporem a inserção da orientação sexual nos currículos escolares, como tema transversal, isso não ocorreu em todos os contextos (ROSSI *et al.*, 2012). O próprio tema proposto para o PCN (Orientação Sexual) foi alvo de inúmeras críticas, pois pesava sobre ele o entendimento de que a proposta não tinha finalidade de superar conceitos restritos e referentes a sexo e sexualidade e que suas concepções eram associadas às funções corporais e biológicas.

Compreendemos que o texto dos PCNs encontrava-se condicionado em seu tempo e espaço, e, ao final do século passado, embora se tenha avançado nos debates referentes a questões de gênero e sexualidade, os professores, técnicos e elaboradores das políticas educacionais ainda se viam diante de situações muito aquém de seus entendimentos.

Verificamos inclusive que a Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), pouco avançou nos debates em torno

da questão da diversidade sexual e de gênero limitando-se a mencioná-la apenas em alguns tópicos e em análises diagnósticas em determinados níveis do ensino. Isso pode estar relacionado ao fato de que “As políticas curriculares são, então, alvo da atenção [de setores conservadores], na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente sãos” (LOURO, 2008, p. 130).

Também no texto do PNE – 2011-2020, aprovado somente em 2014, o tema da diversidade sexual e gênero fora mais uma vez negligenciado, pois o Art. 2º, que entre as diretrizes apontava a: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, na versão final, aprovada e sancionada pela Lei n. 13,005, de 25 de janeiro de 2014, foi substituído pelo texto do inciso III, do Art. 2º, que apontava a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Não desconhecemos que, ao trazer tal redação, a Lei busca maior abrangência no combate a discriminação, mas a não nomeação delas aponta para o silenciamento da temática.

Esse silenciamento pode ser compreendido pelo receio que muitos de nós, educadores, temos em tocar numa temática amplamente atual no universo dos educandos, bombardeados pelas inúmeras informações e apelos midiáticos, mas em nosso entendimento deve ser abordada pela família. Segundo Louro (2008, p. 133): “para muitos adultos, esses sempre foram temas que se conversavam em voz baixa, com reservas e com poucas pessoas. O silêncio, o segredo e a discrição eram os comportamentos adequados com a sexualidade”.

No entanto, podemos verificar o surgimento de algumas iniciativas que possibilitaram certo avanço, se não no todo, mas em muitas instituições de ensino público do país, como é o caso do Programa Brasil sem

Homofobia, - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (*Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais*) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais. Esse Programa foi uma parceria entre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, do Governo Federal, e entidades da sociedade civil, com o objetivo de promover cidadania, equiparar direitos e combater a violência contra grupos que possuem orientação sexual diferente, heteronormatividade.

Por heteronormatividade compreendemos a “ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe as normas de gênero” (MISKOLCI, 2012, p. 44). Por essa definição se estabelece uma ordem em toda a sociedade que orienta e define os valores a serem seguidos, visivelmente colocados na família.

No âmbito do ensino, o Programa propôs a elaboração de muitas ações, entre as quais destacamos: a elaboração de diretrizes educacionais que orientassem os sistemas de ensino; formação de equipes multidisciplinares para analisar os livros didáticos utilizados pelas escolas, a fim de identificar e eliminar conteúdos discriminatórios; apoio à formação inicial e continuada de professores; além da produção de material com temáticas referente à discriminação sexual e de gênero.

Outra iniciativa que teve por objetivo promover o debate entre docentes sobre temáticas relacionadas à diversidade sexual, de gênero, de orientação sexual, foi o Projeto Gênero e Diversidade na Escola, realizado numa parceria do Governo Federal, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação (MEC), do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CLAM/IMS), com o British Council.

Por meio de cursos de formação continuada, o Projeto problematizava temas como diversidade cultural, cultura, gênero, sexualidade, discriminação, entre outros. Os cadernos temáticos elaborados, além da parte formativa (teórica), propunham atividades didáticas para serem utilizadas pelos professores em sala de aula.

Como podemos notar, iniciativas educacionais começam a sinalizar certos avanços em torno das questões referentes à diversidade sexual e de gênero. Se, a princípio, a ideia era uma educação sexual nas escolas, formulada no final do século XIX, com base no modelo pedagógico higienista, cujo objetivo era modelar comportamentos e não discutir ou aceitar a diferença do outro enquanto cidadão que possui o mesmo direito à educação, independente da identidade de gênero, atualmente percebemos certa promoção de ações educacionais com vistas à igualdade, à equidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual.

Essa diferença em relação à intencionalidade da educação sexual nas escolas é percebida nos marcos legais e nas orientações didático-metodológicas que se inserem na tentativa de amenizar os impactos das lutas de representações como, por exemplo, o que está descrito na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1996), no Programa Nacional de Direitos Humanos II (2002), no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003), no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), no Programa Brasil sem Homofobia - BSH (2004), que tem, no seu cerne, a compreensão de que a democracia não pode prescindir do pluralismo de identidades de gêneros.

Outra importante ação do governo brasileiro foi desenvolvida pela SECAD/MEC, que, em 2005, abriu financiamento para “Projetos Capacitação/ Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e a

Diversidade Sexual”, sendo que foram selecionados 16 (dezesesseis) projetos, contemplando 10 (dez) estados brasileiros. Em 2006, em uma nova reedição de financiamento, foram contemplados 30 (trinta) projetos de Formação de profissionais da Educação para a promoção da cultura de reconhecimento da Diversidade Sexual e a Igualdade de Gênero.

Como destaca a introdução do Caderno 4, do curso da SECAD, intitulado “Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos”, além de possibilitar políticas educacionais para o combate à discriminação, o espaço escolar deve considerar inúmeros outros fatores que repercutirão na vivência escolar de todos seus atores.

As políticas educacionais precisam levar em conta as discussões acerca da função social da escola na construção de masculinidades e feminilidades contrapostas ao modelo convencional, masculino, heteronormativo, branco e de classe média. Não podem ignorar os efeitos que os processos de construção de identidades e subjetividades masculinas, femininas, hetero, homo ou bissexuais produzem sobre a permanência, o rendimento escolar, a qualidade na interação de todos os atores da comunidade escolar e as suas trajetórias escolares e profissionais (BRASIL, 2007, p. 35).

Ao que nos parece, apesar dessas iniciativas, as escolas (comunidade escolar, especialmente, educadores e gestores) permanecem à margem das temáticas referentes à diversidade sexual e de gênero, bem como a temáticas capazes de debater as formas plurais de vivência na cultura contemporânea. A seguir, passamos a refletir sobre a escola enquanto espaço privilegiado para o debate em torno da diversidade sexual e de gênero.

A escola: espaço para (re) construção da diversidade sexual e de gênero

Os clamores das diversas áreas de conhecimento (Sociologia, Antropologia, Psicologia, História entre outras), dos movimentos sociais e de grupos militantes na

defesa dos direitos humanos têm feito ecoar a necessidade de as instituições sociais (entre as quais à escola) atentarem à diversidade, como um fenômeno contemporâneo, que, por sua vez, tem provocado situações de preconceito, discriminação e violências de toda ordem. Dentre as diversidades, a diversidade sexual e de gênero apresenta-se como temas polêmicos por terem ligação com entendimentos, muitas vezes, limitados e conservadores, dogmáticos, normativos e preconceituosos, oriundos de uma formação incipiente e pouco esclarecedora sobre temas diretamente ligados à sexualidade. Para Louro (1997, p.81), “isso se justifica pela falta de conhecimento, pelos valores arraigados e/ou pelo receio de que o resultado do trabalho seja interpretado negativamente”.

A educação não pode prescindir do entendimento de que a sexualidade é inerente ao ser humano e independe do espaço social no qual estamos inseridos; e, se não tocamos no assunto, não quer dizer que não esteja lá. Independentemente de uma disciplina ou de temáticas que contemplem sua importância e necessidade, questões sobre sexualidade sempre fizeram e sempre farão parte do cotidiano escolar.

A presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de “Educação Sexual”, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir” (LOURO, 1997, p. 81).

Neste sentido, a escola, como local de formação, espaço de diálogo e de processos educacionais, deve atentar-se e abrir-se às discussões que façam referência à temática da diversidade como um todo e de forma específica sobre a diversidade sexual e de gênero, por compreendermos que os “diferentes” que expressam suas sexualidades ou gênero, diferente da maioria, são sempre vítimas de insultos preconceituosos e/ou violências de toda ordem.

O fato é que, hoje, as classificações binárias de masculinidade/feminilidade ou de homem/mulher não dão mais conta das possibilidades de práticas e de identidades experimentadas pelos sujeitos. Isso não significa que se transite livremente entre esses territórios. E as consequências para quem tem a ousadia de fazer tal rompimento com os padrões estabelecidos culturalmente sofrem, sim, preconceitos, e a escola tem o papel de abrir o espaço da inclusão social e educacional.

É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz. Podemos estender as análises de Foucault, que demonstraram o quanto às escolas ocidentais se ocuparam de tais questões desde seus primeiros tempos, aos cotidianos escolares atuais, nos quais podemos perceber o quanto e como se está tratando (e constituindo) as sexualidades dos sujeitos (LOURO, 1997, p. 81).

Muitas vezes os/as educadores/as possuem uma visão de inclusão que infelizmente não possui o olhar da diversidade sexual e da identidade de gênero. Ser diferente quanto a sua orientação sexual o exclui por diversos momentos preconceituosos da vivência harmônica dos processos educacionais. Segundo Silva (2009, p. 91), é preciso “ver a Educação, a Pedagogia e o Currículo como campos de luta e conflito simbólico, como arenas contestadas na busca da imposição de significados e da hegemonia cultural”.

Disto podemos compreender que o contexto escolar apresenta-se como ambiente privilegiado, não para simplesmente reforçar o pensamento normativo, hegemônico (heteronormativo, heterossexual, masculino, etc), mas para promover os mais diversos questionamentos sobre a forma de viver no mundo, de se compreender como sujeito, de olhar para o outro e para si. Se isso ainda não ocorre, é pelo fato de que a escola tende a reproduzir os modelos sociais hegemônicos, sem colocá-los em questão.

Currículos, normas, procedimentos de

ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão (LOURO 1997, p. 64).

Para isso, é necessário compreender que sexualidade e gênero são construções discursivas, resultantes de um processo histórico, social e cultural, que constrói a identidade do sujeito, e capaz de, por meio das representações, manter as relações de poder e as representações sociais e simbólicas presentes na sociedade (SILVA, 2009; WOODWARD, 2009; LOURO, 1997).

Também não podemos esquecer que:

As representações apresentam múltiplas configurações e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada pelos diferentes grupos do social. Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e papéis sociais (PESAVENTO, 2003, p. 41-42).

Por fim, para apresentar-se como instituição formadora e não reprodutora, re/construtora do entendimento da diversidade sexual e de gênero, a comunidade escolar, principalmente educadores e gestores, não podem nem devem furtar-se ao entendimento de que “A sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política, [...] ela é ‘aprendida’, [...] é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos” (LOURO, 2008, p.11).

Considerações Finais

Uma das mais determinantes marcas da contemporaneidade é a multiplicidade cultural, religiosa, étnica, sexual, de gênero, ou seja, a

sociedade tem-se apresentado como uma sociedade plural, multifacetada, diversa, em que identidades são formadas, não mais a partir de uma normatividade hegemônica, mas, sim, a partir das sínteses identitárias, que se agrupam e se organizam em torno das mesmas representações.

Compreender que a diversidade baliza as representações sociais e de mundo tem promovido a organização de vários grupos que buscam ser notados, que exigem direitos até então negados a eles. Mais do que isso, permite-lhes serem grupos visíveis socialmente, promovendo certa desestabilização em uma sociedade construída com base em padrões fixos e normas de condutas morais rígidas. Como instituição social formadora e produtora do diálogo crítico, a escola não pode negligenciar seu olhar sobre a diversidade.

Apesar de notarmos avanços no campo das políticas públicas para a educação, geradas muitas vezes pelas polêmicas na tentativa de trazer a temática da diversidade, em particular a diversidade sexual e de gênero, como eixo norteador de debates sobre o assunto, ainda se contemplam poucas mudanças no contexto escolar. A situação pode ser compreendida a partir de alguns fatores, tais como: o entendimento biologizante da sexualidade – presente nos PCNs; a ausência de um debate consistente, teórico-conceitual, em torno do tema na formação inicial dos agentes educacionais (docentes e gestores); o pequeno alcance dos cursos de formação continuada propostos pelo poder público em parceria com organizações da sociedade civil; e, ainda, a forte influência da cultura hegemônica, heteronormativa, que relegou o campo da sexualidade humana ao silenciamento ou à invisibilidade envolta por inúmeros preconceitos e tabus.

A escola como instituição formadora e re-construtora da sociedade apresenta-se como lugar privilegiado do debate em todos os temas cotidianos, pois estes devem estar diretamente ligados à vida e experiências dos sujeitos. Compreender a escola (arena de conflitos),

enquanto instituição de formação de crianças e adolescentes para o exercício da cidadania, promotora dos diálogos acerca dos temas relacionados à diversidade sexual e de gênero, é colocá-la como ambiente em que a pluralidade possa ser entendida, respeitada e reconsiderada como uma característica enriquecedora da espécie humana.

Desse modo, defendemos que não se pode ter uma escola sem políticas públicas que sinalizem a construção de uma sociedade cidadã em que todos possam construir e demonstrar suas identidades sem serem violentados pelos imaginários das representações sociais e simbólicas dos dominantes.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, Cleiciele Albuquerque et al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 4, p. 745-764, Out/Dez 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n4/a07v51n4.pdf> Acesso: 10 jul. 2016.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 15 set. 2016.
- _____. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm Acesso em: 15 set. 2016.
- _____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em: 15 set. 2016.
- _____. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Cadernos SECAD 4. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais Vol. 10.5 – Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós estruturalista. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROSSI, Célia Regina et al. Gênero e Diversidade na Escola: reflexões acerca da formação continuada sobre assuntos da diversidade sexual. **Contexto & Educação**. Editora Unijuí. Ano 27, n. 88, p. 6-34. Jul/Dez. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 73-102.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p.7-72.

REVISTA
PROFISSÃO
DOCENTE ON
LINE